

A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail bibfea@usp.br para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD).

Tese de Doutorado apresen-
tada à Congregação da Faculdade
de Ciências Econômicas e Adminis-
trativas, da Universidade de São
Paulo - Cadeira V - CONTABILIDADE
I (Contabilidade Geral e Contabi-
lidade Pública).

T657 192 e.2
T30109



657
1920
e.2

Sérgio de Iudícibus



Powered by RuidProStar - www.icprocess.com.br

CONTRIBUIÇÃO À TEORIA DOS AJUSTAMENTOS CONTÁBEIS

30109

30109

São Paulo
1966

Í N D I C E

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

1.1 - Generalidades	9
1.2 - Contabilidade como Método Científico	11
1.3 - Contabilidade e Economia	12
1.4 - As Dificuldades para Inovar	13
1.5 - Um Exemplo Simplificado de Como a Falta de Observação dos Movimentos de Preços Empobrece o Conteúdo dos Relatórios Contábeis	15
1.5.1 - Conclusões da Análise Histórica	19
1.5.2 - Análise Preliminar, Considerando as Flutuações de Preços	19
1.5.3 - Paradoxos dos Períodos Inflacionários	22

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS CONTÁBEIS GERALMENTE ACEITOS E REALIDADE ECONÔMICA

2.1 - Que são Princípios Contábeis	25
2.2 - Quando um Princípio é Geralmente Aceito	26
2.3 - Ainda a Praticabilidade	28

3.5 - Fixação dos Conceitos	60
3.5.1 - A Escolha	60
3.5.2 - Lucro Operacional Corrente	63
3.5.3 - Economias de Custo Realizáveis	64
3.5.4 - Economias de Custo Realizadas	64
3.5.5 - Ganhos de Capital Realizados	64
3.6 - Definição e Formas de Obtenção dos Custos Correntes	65

CAPÍTULO IV

O PROCESSO DE AJUSTAMENTO

4.1 - Generalidades	69
4.2 - O Ajustamento em sua Forma Mais Simples	70
4.2.1 - Os Dados Históricos	70
4.2.2 - Informações Complementares	71
4.2.3 - Considerações Gerais	71
4.2.4 - O Ajustamento	72
4.2.4.2 - Demonstrativo de Lucros e Perdas Real	73
4.2.4.3 - A Mudança das Datas de Incorrência dos Custos e Auferimento das Recei tas não Altera o Resultado Final ...	76
4.3 - Ajustamento no Caso de Empresa que Possui Ativo Fixo	78
4.3.1 - Os Dados Históricos e Outras Considerações	78
4.3.2 - Informações Complementares	80
4.3.3 - O Ajustamento	80
4.3.3.1 - A Apuração dos Valores Correntes	80
4.3.3.2 - Resultado Real Apurado por Simples Diferença entre Patrimônios Líquidos	84
4.3.3.3 - Demonstrativo de Lucros e Perdas Real	85
4.4 - O Ajustamento no Caso de Empresa que Possui Estoques Inicial e Final	87

3.5 - Fixação dos Conceitos	60
3.5.1 - A Escolha	60
3.5.2 - Lucro Operacional Corrente	63
3.5.3 - Economias de Custo Realizáveis	64
3.5.4 - Economias de Custo Realizadas	64
3.5.5 - Ganhos de Capital Realizados	64
3.6 - Definição e Formas de Obtenção dos Custos Correntes	65

CAPÍTULO IV

O PROCESSO DE AJUSTAMENTO

4.1 - Generalidades	69
4.2 - O Ajustamento em sua Forma Mais Simples	70
4.2.1 - Os Dados Históricos	70
4.2.2 - Informações Complementares	71
4.2.3 - Considerações Gerais	71
4.2.4 - O Ajustamento	72
4.2.4.2 - Demonstrativo de Lucros e Perdas Real	73
4.2.4.3 - A Mudança das Datas de Incorrência dos Custos e Auferimento das Recei tas não Altera o Resultado Final ...	76
4.3 - Ajustamento no Caso de Empresa que Possui Ativo Fixo	78
4.3.1 - Os Dados Históricos e Outras Considerações	78
4.3.2 - Informações Complementares	80
4.3.3 - O Ajustamento	80
4.3.3.1 - A Apuração dos Valores Correntes	80
4.3.3.2 - Resultado Real Apurado por Simples Diferença entre Patrimônios Líquidos	84
4.3.3.3 - Demonstrativo de Lucros e Perdas Real	85
4.4 - O Ajustamento no Caso de Empresa que Possui Estoques Inicial e Final	87

CONTRIBUIÇÃO À TEORIA DOS AJUSTAMENTOS CONTÁBEIS

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma contribuição à teoria dos ajustamentos contábeis, entendendo-se como tal o conjunto de princípios e normas tendentes a tornar a Contabilidade apta a resolver os problemas de registro, apuração e análise que ocorrem quando há variações de preços de bens e serviços numa economia.

Os agentes econômicos que se utilizam dos relatórios contábeis em suas tomadas de decisões desejam uma relevância cada vez maior dos dados contábeis, no sentido de que êstes reproduzam com a maior fidelidade possível a realidade econômica.

Ora, esta realidade exterioriza-se, a par de outras manifestações, através de contínuas flutuações de preços de bens e serviços, devidas, de uma parte, a causas puramente monetárias ou quantitativas e de outra parte a fatores estruturais, tais como mudanças nos gostos, na tecnologia, nas escalas de oferta e procura dos bens e serviços numa economia de concorrência imperfeita.

O núcleo da doutrina contábil, por razões que não cabe aqui

O defeito da abordagem parcial dos problemas que a Contabilidade atualmente enfrenta fez-se sentir em intensidade variável em muitos estudos recentes de eminentes contadores e mesmo de economistas ao tentarem solucionar o impasse entre Contabilidade e flutuações de preços.

Premidos pelas circunstâncias inflacionárias e impressionados com o fenômeno, reduziram, por sublimação, todos os problemas contábeis a um único denominador comum, a saber, a inflação.

No intuito de resolver aquêles problema, raciocinam de forma bastante simples: se, por exemplo, uma empresa adquire em certo momento um elemento a ser incorporado ao seu ativo patrimonial por, digamos, $\text{R}\$100\ 000$, quando o índice geral de preços escolhido se revelava igual a 100, e se num momento posterior o mesmo índice acusar 120, deve se aplicar ao valor de incorporação o resultado do quociente $120/100$, originando-se um novo valor de $\text{R}\$120\ 000$ para o bem.

Presumivelmente, tal valor deveria aproximar-se, na intenção dos adeptos dêste tipo de ajustamento, do valor corrente do bem. De qualquer forma, o efeito prático dêste procedimento é, sem dúvida, o de englobar, única e exclusivamente, tôdas as flutuações de preços ocorridas nas do índice geral escolhido.

Não discernimos exatamente se êste processo foi adotado devido a um erro conceitual ou por motivos de simplicidade operacional dos ajustamentos, embora seja lícito pensar que tais motivos tenham tido certa influência na adoção daquela filosofia de ajustamento.

Nos anos mais recentes, entretanto, outros contadores e economistas, procurando uma fórmula geral de ajustamento que estivesse de acôrdo com as linhas mestras do pensamento econômico, desenvolveram uma teoria, bastante simples também, da seguinte forma: se o valor de aquisição de um determinado bem, numa certa data, fôr representado por $\text{R}\$100\ 000$, quando o índice geral de preços é igual a 100, e se numa

nomia, ou, pelo menos, daqueles bens que constam do patrimônio da empresa objeto de ajustamento. Ora, esta hipótese está completamente desprovida de bases teóricas e pragmáticas.

Sempre haverá numa economia determinados bens cujos preços variam, num certo intervalo de tempo, em sentido inverso à variação do índice geral de preços ou, na melhor das hipóteses, a variação efetua-se no mesmo sentido da variação geral, mas em graus ou intensidades diferentes.

Inferimos do exposto que qualquer tentativa de adaptação do mecanismo de apuração da Contabilidade à realidade econômica precisa, antes de mais nada, ser coerente com esta realidade, ou pelo menos com certas características ou sinais exteriores da mesma que possam ser discernidos claramente nos estudos dos economistas e nas pesquisas efetuadas no mercado, pois é este o campo de jôgo das forças econômicas e não seria lícito aos jogadores utilizarem campo de características e dimensões diferentes.

Na história do pensamento contábil, de maneira geral, e da teoria dos ajustamentos em particular, sempre se verificou, com maior ou menor intensidade, segundo as circunstâncias do momento, um choque entre três interpretações ou filosofias que tentam descrever o âmbito de atuação (quanto aos critérios de avaliação) da contabilidade na descrição dos fenômenos econômicos e principalmente na apuração do lucro. Estas tendências podem ser resumidas da seguinte forma:

- a) segundo uma delas, a Contabilidade não é, basicamente, um processo de avaliação e deve ater-se exclusivamente ao registro e às apurações de resultados, tomando como base os preços passados originais, no pressuposto de inexistirem variações e flutuações de preços de qualquer natureza para os bens que não forem empregados no processo de produção durante o período. Esta é a abordagem ortodoxa, até aqui aceita pela maioria dos contadores, por isto que os princípios que a consubstanciam são denominados "geralmente aceitos".

recente e a menos explorada(2), mas por ser a única que, a nosso ver, conduzirá a Contabilidade ao cumprimento integral das funções que lhe são peculiares, ou seja, à descrição eficiente dos efeitos provocados pelas transações econômicas internas e externas no patrimônio das empresas.

Os primeiros três capítulos deste trabalho constituem o embasamento teórico sobre o qual construímos, no Capítulo IV, nosso esquema prático de ajustamento. No Capítulo I, procuramos caracterizar a gravidade do problema, isto é, o impacto provocado pelas flutuações de preços nos relatórios contábeis e na sua aceitabilidade por parte dos analistas. No Capítulo II, tratamos, de forma resumida, do problema dos princípios contábeis geralmente aceitos face às condições atuais e dos passos necessários à sua atualização. No Capítulo III, o mais importante dos três, tratamos de passar em revista os conceitos de lucro adotados pela contabilidade ortodoxa, pela teoria econômica pura, procurando, numa terceira etapa, reconciliar as duas abordagens, trazendo-as a um ponto comum, qual seja o valor de mercado. Nesta terceira parte deste Capítulo é que se consolidarão os conceitos a serem empregados na parte prática deste trabalho.

O Capítulo IV constitui a parte fundamental desta tese, no sentido da originalidade: constitui, realmente, nossa contribuição principal ao problema da teoria dos ajustamentos através da apresentação de um processo de ajustamento, racionalmente deduzido, original, pelo que nos é dado conhecer, e que se caracteriza pela sua simplicidade e adaptabilidade a qualquer condição de preço vigente no mercado.

2. Na realidade, se excluirmos alguns artigos publicados de forma esparsa nas revistas especializadas e o poderoso trabalho de Edgar O. Edwards e Philip W. Bell, intitulado The Theory and Measurement of Business Income (Berkeley, University of California Press, 1961), pouco se havia escrito a respeito desta abordagem mais geral até o ano de 1963. Entretanto, a partir daí, talvez como decorrência do impacto provocado pela obra de Edwards & Bell (cujo conteúdo teórico serviu, incontestavelmente, como fonte primária de inspiração para este trabalho), tem aumentado sensivelmente a frequência de artigos defendendo este "approach" da teoria dos ajustamentos.

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

1.1 - Generalidades

As contínuas flutuações de preços que se verificam no conjunto de bens e serviços de uma economia representam um elemento profundamente perturbador para a Contabilidade Ortodoxa. É um fato que está a exigir dos estudiosos e profissionais uma solução. Esta solução talvez venha a constituir-se em importante, talvez decisivo passo na evolução histórica da Contabilidade.

Existem, evidentemente, outras áreas de conflito dentro da contabilidade, tais como as da uniformidade ou padronização contábil, da depreciação etc., mas parece ser claro que o núcleo da problemática contábil reside na escolha do critério de avaliação. O grande problema dentro da contabilidade é, portanto, uma questão de escolha entre várias alternativas para base de avaliação dos elementos patrimoniais e redituais.

Os autores clássicos de contabilidade afirmam, ainda afirmam e provavelmente continuarão afirmando que a contabilidade não tem nada em comum com a avaliação. Entretanto, quando levantamos um balanço geral, quando atribuímos um valor histórico à depreciação, enfim, quando nos utilizamos de todas as normas e processos da contabilidade ortodoxa, estamos adotando como filosofia de avaliação o princípio con

A pretendida dificuldade de se estabelecer um princípio único de avaliação contábil, em virtude da diversidade de finalidades que esta deve satisfazer, parte do pressuposto errado de que as exigências informativas das várias camadas interessadas sejam substancialmente diferentes, ou melhor, conceitualmente diferentes.

Julgamos, por exemplo, que a apuração de um lucro operacional corrente, completamente distinto do lucro especulativo, deveria servir tanto ao administrador como ao Fisco e ao eventual investidor de capital. Não existem razões científicas ou lógicas para que a contabilidade deva apurar um tipo de lucro substancialmente diferenciado para cada um dos interessados acima.

Não se pretende afirmar que a contabilidade não tenha que ser flexível em sua capacidade de informar. Esta condição é importante também, mas pode ser satisfeita e é mais um problema de técnica de relatório, de apresentação, de programação de dados, partindo das mesmas informações básicas.

1.2 - Contabilidade Como Método Científico

Para que esta disciplina se torne, realmente, método científico, é necessário que sejam claramente definidos seus objetivos e que, em consonância com tais objetivos, seja também definida uma sólida estrutura teórica em que os processos práticos deverão apoiar-se. Embora não seja o objetivo principal deste trabalho, somos forçados a partir de uma conceituação da finalidade essencial da contabilidade e aceitamos a idéia de que esta disciplina é, basicamente, um método quantitativo que visa fornecer dados para tomadas de decisões. Quando nos referimos aos agentes que tomam decisões, queremos significar, principalmente, os administradores e gerentes de empresas e, num sentido mais amplo, os vários agentes econômicos que, eventualmente, possam vir a

conômica. Em outros termos, a contabilidade é um instrumento medidor da situação econômica da empresa, mas esse instrumento deve ser fabricado com material econômico.

A falta de aproximação e entendimento entre economistas e contadores já foi abordada, sob um aspecto, pelo economista Joseph A. Schumpeter, o qual, em seu livro "10 Grandes Economistas" criticou duramente os economistas pelo desinterêsse com relação à técnica contábil e à sua sistematização, em relação à teoria econômica(1).

Como contador, limitar-me-ei a criticar certa parcela dos profissionais em contabilidade que desprezam uma aproximação maior com a teoria econômica, pelo menos da firma. O resultado disto é que conservam uma imagem muito enviesada dos fenômenos empresariais, enclausurando-se no âmbito do puro mecanismo de registro.

1.4 - As Dificuldades para Inovar

Uma das grandes dificuldades de qualquer estudioso que resolver enfrentar o problema da modernização contábil consiste no fato de que será criticado, inclusive pelos próprios colegas de profissão, pois, mesmo limitando a pesquisa a uma área restrita, é enorme o esforço de revisão que deve ser empreendido, trazendo consigo uma série de protestos de profissionais interessados na continuação do "status quo".

Entretanto, não parece haver outra alternativa. No estado atual de evolução das técnicas administrativas, dos métodos quantitativos, o estudioso de problemas contábeis não pode mais limitar-se ao restrito âmbito considerado como puramente contábil, ou seja, ao registro.

1. SCHUMPETER, Joseph A., 10 Grandes Economistas, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1958, p. 222.

Quocientes Extraídos do Balanço

- 1) $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Capital}} = \frac{159\ 100}{200\ 000} = 0,7955 = 79,55\%$
- 2) $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}} = \frac{159\ 100}{560\ 000} = 0,2841 = 28,41\%$
- 3) $\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Vendas}} = \frac{310\ 000}{560\ 000} = 0,5536 = 55,36\%$
- 4) $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Médio}} = \frac{159\ 100}{305\ 050} = 0,5215 = 52,15\%$
- 5) $\frac{\text{Disponível + Realizável}}{\text{Exigível}} = \frac{324\ 600}{51\ 000} = 6,3647 = 636,47\%$
- 6) $\frac{\text{Custo das Mercadorias Vendidas}}{\text{Estoque Médio}} = \frac{250\ 000}{50\ 000} = 5$

Nota-se, pelo exposto, que anexamos aos relatórios históricos tradicionais um demonstrativo de fontes e aplicações de fundos (em alguns itens é mais ilustrativo do que o próprio balanço) e, ainda, alguns índices financeiros e redituais normalmente calculados em qualquer tipo de análise de balanço.

Vejamos, agora, algumas das indicações possibilitadas à administração, pela análise conjunta dos demonstrativos:

- 1 - Em apenas um ano de operações, produziu-se um lucro correspondente a 80% do capital inicialmente empregado, isto é, os acionistas ou sócios obtiveram um retorno de oito cruzeiros para cada dez cruzeiros empregados.

7 - O demonstrativo de fontes e aplicações de capital de giro esclarece que os fundos da empresa foram obtidos de fontes operacionais, exclusivamente. Por outro lado, a única aplicação de fundos referiu-se à aquisição de equipamentos (o capital inicial foi imediatamente integralizado em moeda em 1/1). Houve, outrossim, acréscimo de capital de giro, durante o período, de @ \$73 600, percentualmente igual a 36,8% do capital de giro inicial.

1.5.1 - Conclusões da Análise Histórica

A julgar dos dados históricos, poder-se-ia afirmar que os resultados obtidos no primeiro ano de operações foram excepcionalmente favoráveis em sua totalidade, não havendo nenhum ponto fraco de desempenho, pois a uma excelente situação financeira corresponde um ótimo desempenho reditual, sendo que a cobertura de todos os custos foi alcançada a um baixo valor de vendas.

A partir desses dados e conclusões, a assembléia geral poderia muito bem, sendo ainda taxada de cautelosa, distribuir 50% do lucro líquido, reinvestindo a metade restante.

1.5.2 - Análise Preliminar, Considerando as Flutuações de Preços

Os cálculos, análises e conclusões, inferidos a partir dos dados históricos, seriam perfeitamente válidos se:

- a) não se verificassem flutuações do índice geral de preços;
- b) não se verificassem variações de preços dos elementos constantes no ativo da empresa.

A primeira condição, tem, pelo menos por enquanto, remota possibilidade de ocorrência. A segunda, talvez seja ainda mais difícil de se verificar na prática.

Para que, em termos de poder de compra, tenhamos uma idéia do acréscimo do patrimônio líquido da empresa durante o período (acréscimo que é, em última análise, o lucro líquido do período), é necessário expressar os patrimônios líquidos das duas datas ao mesmo nível de preços. Tomando como base o índice final (180), teríamos que o patrimônio líquido em 1/1/X seria expresso pelo valor de $\text{R}\$360\ 000$ ($200\ 000 \times 180/100$).

Tal resultado evidencia que a empresa, para ter permanecido exatamente na mesma posição patrimonial em que se encontrava em 1/1/X, levando em consideração as flutuações de preços, deveria apresentar em 31/12/X um patrimônio líquido igual a pelo menos $\text{R}\$360\ 000$. Todavia, nesta data, verificamos um patrimônio líquido igual a $\text{R}\$454\ 100$, daí resultando um lucro líquido real de $\text{R}\$94\ 100 = (454\ 100 - 360\ 000)$.

O lucro líquido resultante dos relatórios ajustados é, portanto, sensivelmente menor do que o lucro histórico. Naturalmente, se o ponto em que nos encontramos no desenvolvimento desta tese, permitisse o ajustamento completo, com todos os detalhes, dos relatórios históricos, poderíamos calcular novamente os índices de balanço e notaríamos uma profunda diferença entre estes e os históricos, levando-nos, provavelmente, a conclusões diversas. Por enquanto, basta pensar no lucro líquido real, em comparação com o histórico, e ver como diminuiriam as porcentagens dos índices de rentabilidade.

Do lucro líquido apurado, não sabemos ainda qual a parcela devida a diferenças entre receitas e custos reais (lucro operacional) e qual a devida a ganhos de capital, mas o ulterior desenvolvimento de trabalho nos habilitará a isto. O tipo de cálculo aqui utilizado seria, talvez, o empregado por qualquer pessoa de bom senso que desejasse conhecer, sumariamente, o resultado líquido real de sua empresa num certo período.

Se já pudéssemos ajustar o próprio demonstrativo de lucros e perdas, estaríamos em condições de verificar a contribuição real de cada elemento e classe de receita e despesa no cômputo do lucro final.

Todavia, para refinar a técnica, é necessário reestruturar os princípios contábeis geralmente aceitos. Como estes são realmente os grandes pilares em que se baseiam toda a teoria e processos contábeis, teremos de analisá-los com certa profundidade. É o que faremos no próximo Capítulo.

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS CONTÁBEIS GERALMENTE ACEITOS E REALIDADE ECONÔMICA

2.1 - Que são Princípios Contábeis

Princípios contábeis podem ser conceituados como sendo as premissas básicas acêrca dos fenômenos econômicos contemplados pela contabilidade, premissas que são a cristalização da análise e observação da realidade econômica.

O campo de atuação preferencial da contabilidade é constituído pelas entidades, sejam elas de finalidade lucrativa ou não, e procura captar e evidenciar as variações ocorridas na estrutura patrimonial e financeira, em face das decisões da administração e também das variáveis exógenas que escapam ao contrôlo e ao poder de decisão da administração.

Note-se que dentre as variáveis que mais têm preocupado os administradores uma é a inflação, e outra as próprias flutuações de preços atinentes especificamente a cada bem e serviço.

No âmbito dessa complexa realidade, o observador analisa as características principais do sistema e chega a certas conclusões quanto ao seu funcionamento. Tais conclusões, se geralmente aceitas pela classe contábil, tornam-se os princípios aos quais toda a prática con

Note-se que a ordem de classificação não é fruto do acaso: de fato, muitos contadores - com poder de decisão a respeito desses assuntos - atribuem maior importância à praticabilidade de um princípio do que à sua utilidade intrínseca. E em contabilidade a palavra "utilidade" nem sempre está associada ao termo "veracidade".

Algumas vezes atribuiu-se ao termo "praticabilidade" um significado rígido, de forma que tudo que não fôr praticável com extrema facilidade, será considerado "impraticável" para efeitos contábeis.

A continuar aceitando esse significado restrito, a teoria contábil não terá oportunidade de progresso rápido. Evidentemente, sempre que se quiser retratar a realidade com maior precisão, aumentarão as dificuldades práticas e os processos tenderão a ser mais complexos. É esse o caso típico dos processos de ajustamento de relatórios contábeis históricos em face das flutuações de preços.

Alguns contadores não hesitaram em refutar a utilidade dos ajustamentos por considerá-los impraticáveis. Confundiram impraticabilidade com dificuldade. E houve o temor de que os ajustamentos substituísem os relatórios históricos, sem deixar vestígios destes últimos. Temor infundado, pois ninguém discute a utilidade desses relatórios para certas finalidades fiscais, pelo menos enquanto perdurar a disparidade de conceitos contábeis e econômicos entre o Fisco e a boa técnica contábil.

Por outro lado, algumas das tentativas visando ao ajustamento de dados históricos foram caracterizadas pela improvisação e pela falta de profundidade, pois seus autores tendiam, antes de mais nada a um prestígio rápido e à notoriedade, aproveitando-se das condições existentes de inflação galopante em muitos países. Não se preocuparam com o problema geral da contabilidade, que é da escolha de uma base de valor global e completa que se adapte a cada configuração isolada e passageira do mercado. Não se preocuparam em estabelecer as bases teóricas, os objetivos visados pelos ajustamentos e, portanto, houve mui-

2.4 - Alguns Princípios e Convenções Contábeis Geralmente Aceitos,
Analisados em face das Flutuações de Preços

Dentre os vários princípios e convenções geralmente aceitos podemos, para efeito deste trabalho, destacar os seguintes:

a) Princípios

- 1 - Realização (Realization)
- 2 - Entidade (Entity)
- 3 - Continuidade (Going-Concern)
- 4 - Custo Como Base de Valor (Cost Basis of Valuation)
- 5 - Competência dos Exercícios (Accrual Basis of Accounting)
- 6 - Denominador Comum Monetário (Stability of Monetary Unit)

b) Convenções

- 1 - Consistência (Consistency)
- 2 - Conservadorismo (Conservatism)
- 3 - Materialidade (Materiality)
- 4 - Objetividade (Objectivity)

Os vários autores apresentam certa diferenciação quanto ao número e à nomenclatura dos princípios e convenções (2).

Analisaremos, a seguir, o significado de tais princípios e convenções, procurando também verificar sua adequação às condições de flutuações de preços.

... utilidade das pesquisas puramente teóricas a respeito de princípios ou outros aspectos da contabilidade, mesmo que não sejam suas conclusões imediatamente praticáveis. Não devemos esquecer que o impraticável de hoje poderá ser o rotineiro de amanhã.

2. Tanto isto é verdade, que em alguns países se está procedendo a um verdadeiro "inventário" dos princípios geralmente aceitos, o que vem demonstrar não serem de fato, tão "geralmente aceitos".

to de lucros (ou perdas) devidos às variações de preços de elementos de ativo nos "intervalos de espera" faz com que, mais tarde, estas variações, no momento da "realização", sejam consideradas ganhos ou perdas operacionais o que, na realidade, é incorreto, pois se verificaram independentemente da vontade da administração, em virtude de movimentos de preços ocorridos durante o tempo em que os ativos permaneceram estocados.

Creemos, portanto, que este princípio não pode ser aceito, pelo menos de forma rigorosa, especialmente em períodos de grandes flutuações de preços. Aceitamos piamente a premissa de que o processo de produção adiciona (ou diminui) valor aos fatores (independentemente de flutuações de preços) e que as variações específicas de preços dos elementos do ativo, motivados por condições de mercado, devem, de alguma forma, ser reconhecidas pela contabilidade, no fim dos períodos contábeis.

2.4.2 - O Princípio da Entidade

Pressupõe que a contabilidade é executada e mantida para as entidades como pessoas jurídicas, completamente distintas das pessoas físicas (ou jurídicas) dos sócios. Quando uma firma individual paga uma despesa é o caixa da firma que está desembolsando o dinheiro e não o dono da empresa, embora na prática muitas vezes as duas coisas se confundam. Este princípio parece-nos de profunda validade, pois consolida a antiga distinção jurídica entre pessoas físicas e jurídicas. Pensamos que a validade desse princípio continuará intacta através dos tempos, pois independe de critérios de valor.

2.4.3 - O Princípio da Continuidade

Robert N. Anthony, em sua obra: Management Accounting - Text

ri-los ou fabricá-los. A não ser para aquêles elementos do ativo sujeitos à amortização, depreciação ou depleção, uma vez registrados, seu valor inscrito não é alterado, ressaltando-se ainda a regra conhecida como "custo ou mercado o que fôr mais baixo" e os casos de reavaliação de ativo previstos pelas legislações de alguns países.

É evidente que a aplicação irrestrita dêste princípio, mormente em períodos de flutuações acentuadas de preços, restringe as possibilidades informativas da contabilidade.

Note-se que êste princípio teve sua origem em tempos já remotos, quando se procurava registrar os resultados de empreendimentos isolados, que não tinham continuidade. Nestes casos, bastava saber qual o retorno do capital investido no início do empreendimento. Terminado êste, encerrava-se o ciclo contábil e o resultado era apurado.

Creemos, portanto, que a êste princípio deve ser atribuído um significado mais amplo, restando porém determinar qual o tipo de custo mais relevante, em condições de continuidade de operações, como norma de valor.

2.4.5 - O Princípio da Competência dos Exercícios

Êste princípio nos diz, em resumo, que as receitas e os custos são atribuídos aos períodos de acôrdo com a real incorrência dos mesmos, isto é, de acôrdo com a data do fato gerador e não quando são recebidas ou pagas em dinheiro.

Por êsse princípio, a fôlha de pagamento dos operários relativa ao mês de dezembro, suponhamos, será considerada como despesa de dezembro, mesmo que na prática o pagamento só seja efetuado nos primeiros dias de janeiro. O fato gerador da despesa é o serviço prestado pelos operários e não o pagamento do salário.

Embora, no intuito de observar êsse princípio, sejamos obrigados muitas vêzes a fazer hipóteses bastante arbitrárias, parece-nos

Creemos, portanto, que este princípio de nenhuma forma pode ser aceito, pois está contra a realidade dos fatos.

2.4.7 - A Convenção da Consistência

Dentro da ampla margem de liberdade que os princípios permitem ao contador, no registro das operações, as convenções vêm restringir ou limitar, ou mesmo modificar parcialmente o conteúdo dos princípios, definindo mais precisamente seu significado.

Assim, a convenção da consistência nos diz que, uma vez adotado determinado processo, dentre os vários possíveis que podem atender a um mesmo princípio geral, não devemos mudá-lo com demasiada frequência, pois assim estaremos prejudicando a comparabilidade dos relatórios contábeis. Se, por exemplo, resolvermos adotar o método FIFO para avaliação de estoques em lugar do LIFO (ambos atendem ao mesmo princípio geral, isto é, "Custo Como Base de Valor"), deveremos usar sempre o mesmo método nos outros períodos. E, se houver a necessidade inadiável de adotar outro critério, esta adoção deve ser declarada como nota de rodapé dos relatórios, de maneira a cientificar o leitor.

Aceitamos como perfeitamente válida esta convenção, pois sua finalidade é reduzir a área de in consistência entre relatórios de uma mesma empresa, contribuindo, de certa forma, para um progresso mais rápido rumo à padronização e unificação contábeis.

2.4.8 - A Convenção do Conservadorismo

Esta convenção manda que, por motivos de precaução, sempre que o contador se defrontar com a alternativa de atribuir valores diferentes a um elemento do ativo ou do passivo, preferirá o mais baixo para o ativo e o mais alto para o passivo. Se, por exemplo, o valor de

lançamentos, em partida dobrada, dentro de seus registros. Apenas dados sumarizados deveriam ser registrados desta forma. Tôdas as demais apurações e registros deveriam processar-se fora das contas de razão(4).

2.4.10 - A Convenção da Objetividade

Esta convenção pode ser explicada da melhor forma possível a través de um exemplo. Suponhamos que o contador, para a avaliação de um certo bem, dispusesse de duas fontes, a saber: a fatura relativa à compra do bem e o laudo do maior especialista mundial em avaliação. Deverá escolher, como valor de registro, o indicado na fatura. Entre um critério subjetivo de valor, mesmo ponderável, e outro objetivo, o contador preferirá sempre a hipótese mais objetiva. A finalidade desta convenção é eliminar ou restringir áreas de excessivo liberalismo na escolha de critérios, principalmente de valor. Em tese, é uma convenção que apresenta seus méritos. Entretanto, seria necessário definir de forma mais precisa o que vem a ser objetividade. De fato, John W. Wagner (5) assim se define a respeito da objetividade na contabilidade (...)"Objectivity may be most usefully examined as a quality emerging from a social psychological process of perception(...)". Em outro trecho do artigo, afirma: "If we really wish to obtain greater objectivity in accounting, we will not do so either by eliminating the use of judgment or by permitting each individual to exercise his judgment freely. Instead what we must have are (1) standards of competence and ethics (...) (2) reference points(...)".

4. Esta é a tendência que se pode notar nos anos mais recentes. A Contabilidade de Custos, por exemplo, está-se processando cada vez mais desligada do âmbito restrito do quadro de contas da contabilidade financeira.

5. JOHN, Wagner W., "Defining Objectivity in Accounting", The Accounting Review, July, 1965, p. 599/605.

- 1 - "Profit is attributable to the whole process of business activity. Any rule or procedure, therefore, which assigns profit to a portion of the whole process should be continuously re-examined to determine the extent to which it introduces bias into the reporting of the amount of profit assigned to specific periods of time". (7)
- 2 - "All assets in the form of money or claims to money should be shown at their discounted present value or the equivalent. The interest rate to be employed in the discounting process is the market (effective) rate at the date the asset was acquired". (8)
- 3 - "All items of plant and equipment in service, or held in stand-by status, should be recorded at cost of acquisition or construction, with appropriate modification for the effect of the changing dollar either in the primary statements or in supplementary statements". (9)

Pode-se assegurar, pela análise da monografia, que se trata de uma excelente tentativa de modernização dos princípios contábeis. Entretanto, os autores não optaram, decididamente, por uma única filosofia de avaliação. Apesar dessa ligeira restrição, qualquer trabalho posterior deveria partir das premissas desse ARS nº 3.

Procuramos, dessa forma, demonstrar o grau de adequação dos princípios e convenções contábeis à realidade econômica atual. Chegamos à conclusão de que, entre os princípios, o da Realização, o do Custo Como Base de Valor (Custo Histórico), e o do Denominador Comum

-
7. SPROUSE T. Robert and MAURICE Moonitz, "A Tentative Set of Broad Accounting Principles for Business Enterprises", An Accounting Research Study nº 3, Ed. A.I.C.P.A., New York, 1962, p. 55
 8. Idem, p. 57.
 9. Idem, Ibidem,

CAPÍTULO III

REEXAME DOS PRINCIPAIS CONCEITOS DE LUCRO

3.1 - Da Necessidade do Reexame

Boa parte da área de discordância entre economistas e contadores, no que se refere à empresa, é ocupada pela problemática da mensuração do lucro. O lucro apurado pelos processos contábeis tradicionais é, essencialmente, reflexo de eventos passados, ao passo que o lucro para a economia é o reflexo da comparação entre eventos ainda por ocorrer.

Em verdade, as divergências poderiam ser melhor analisadas se nos convencêssemos da natureza puramente constatativa da contabilidade, quando comparada ao caráter essencialmente previsional da economia.

Já afirmamos alhures que a finalidade primordial da contabilidade é a prestação de informações para tomada de decisões. A apreciação dos resultados operacionais de períodos passados é efetuada em termos de comparação com as expectativas. A análise dos desvios indicará pontos para ulterior investigação e será a base de novas decisões. Podemos, assim, aceitar a premissa segundo a qual as previsões de rentabilidade referentes a planos de operação devem estar a cargo dos economistas e administradores, ao passo que a mensuração objetiva dos lucros reais de períodos seria tarefa da contabilidade.

trário, dizemos que houve prejuízo. O resultado do período também pode ser apurado por comparação entre duas situações estáticas, isto é, pelo confronto dos valores atribuídos ao patrimônio líquido em dois momentos distintos de tempo. Vamos supor que a empresa hipotética "X" apresenta a seguinte composição patrimonial em dois momentos distintos, A e B:

	<u>Momento A</u>	<u>Momento B</u>
<u>ATIVO</u>		
Caixa	500 000	700 000
Mercadorias	2 000 000	2 500 000
Títulos a Receber	<u>330 000</u>	<u>660 000</u>
Total do Ativo	<u>2 830 000</u>	<u>3 860 000</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
<u>Passivo</u>		
Fornecedores	1 300 000	1 800 000
<u>Patrimônio Líquido</u>		
Capital	1 000 000	1 000 000
Lucros Retidos	<u>530 000</u>	<u>1 060 000</u>
Total do Passivo e Patr. Líquido	<u>2 830 000</u>	<u>3 860 000</u>

Em vista dos dados acima e na ausência de pagamentos de devidos e de novas entradas de capital, pode-se afirmar, pela comparação entre os valores do patrimônio líquido nos momentos A e B, que o resultado do período é igual a €\$530 000; que este valor representa lucro e que foi obtido subtraindo-se €\$1 300 000 de €\$2 060 000.

Este processo é simples e rápido, mas nada nos informa a respeito dos critérios de avaliação adotados em relação aos elementos do balanço. Bastará, porém, que nos reportemos ao capítulo sobre princípios contábeis, para ter uma idéia do critério de avaliação adotado.

A comparação entre patrimônios líquidos não é, todavia, a forma mais usual de apuração de resultados. Isto porque, assim procedendo, não temos idéia de como o lucro afluíu à empresa: como resulta-

Nota-se que, na apuração do resultado, fundem-se elementos positivos e negativos, inclusive diferenças entre inventários iniciais e finais.

No caso de empresa industrial, o esquema de apuração de lucro da contabilidade ortodoxa poderia ser resumido da seguinte forma:

VENDAS	A
CUSTO DAS VENDAS	$\frac{B}{\quad}$
LUCRO DO EXERCÍCIO INDUSTRIAL	A - B
CUSTOS ACESSÓRIOS	$\frac{C}{(A-B)-C}$
RECEITAS ACESSÓRIAS	$\frac{D}{\quad}$
LUCRO LÍQUIDO	$(A-B)-(C-D)$

Lembremos, todavia, que o Custo das Vendas (B) não pode ser confundido com o Custo da Produção do Período. Será adicionado, algebricamente, ao resultado da diferença entre estoque inicial e final de produtos acabados. Assim, Custo das Vendas = Estoque Inicial de Produtos Terminados + Custo da Produção do Período - Estoque Final de Produtos Terminados.

Por outro lado, Custo de Produção do Período = Inventário Inicial de Produtos em Processo + Custo da Mão-de-obra Introduzida no Processo de Produção + Custo da Matéria-prima Introduzida no Processo de Produção + Custos Indiretos de Fabricação - Inventário Final de Produtos em Processo.

O lucro do exercício industrial é apurado, para uma operação específica, pela diferença entre o valor de venda (valor corrente) e o custo histórico dos produtos vendidos. Este custo deverá ser apurado conforme as fórmulas recorrentes vistas acima, a não ser que a empresa mantenha um sistema de inventário permanente.

Por essa conceituação, o lucro é visto como comparação entre duas situações estáticas. Mas os valores atribuídos à composição patrimonial em t_0 e em t_1 são projeções do futuro, são expectativas de eventos futuros trazidas ao momento atual pelo processo de desconto.

Por êsse motivo, afirma-se que a conceituação econômica de lucro empresarial é essencialmente "ex-ante", isto é, voltada para o futuro, ao passo que a contábil é "ex-post", ou seja, baseada no passado.

Muitos economistas acreditam que a mensuração objetiva deste lucro deveria constituir-se no ideal a ser alcançado pelos métodos de apuração da contabilidade.

Todavia, procuraremos demonstrar as dificuldades de mensuração do lucro econômico puro, bem como tentaremos evidenciar que êste não é o conceito relevante para efeitos de comparação entre expectativas e realizações, e que sua validade está restrita ao momento da escolha entre várias alternativas de investimento.

Para êste efeito, suponhamos o caso de uma empresa dispondo de $\text{R}\$1\ 500\ 000$. O problema consiste em se escolher um plano de operação e uma certa composição patrimonial que permita a execução do plano e que faça prever o maior retorno possível sobre o investimento inicial.

Após ter analisado várias alternativas, o empresário opta pela compra de uma máquina. Assim procedendo, escolheu determinada estrutura patrimonial entre as várias possíveis. O balanço, levantado após a compra, seria constituído conforme segue:

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	
Máquinas	1 500 000	<u>Patrimônio Líquido</u>	
		Capital	1 500 000
	<hr/>		<hr/>
Total	<u>1 500 000</u>	Total	<u>1 500 000</u>

$$VO = 446\ 428 + 637\ 755 + 249\ 123 + 139\ 814 + 190\ 655 = 1\ 663\ 775$$

(aproximadamente) (5).

Nota-se que o valor subjetivo da máquina é superior ao valor de aquisição. Caso contrário, o empresário não teria escolhido esta estrutura patrimonial.

Estamos agora em condições de definir outro conceito importante, ou seja, o "goodwill" ou, mais precisamente, o "goodwill" subjetivo. Por definição, este é igual à diferença entre o valor subjetivo e o valor de aquisição da máquina. No momento 0, $G_{S_0} = VO - Va$

$$G_{S_0} = \text{"goodwill" subjetivo no momento 0 ;}$$

$$VO = \text{valor subjetivo no momento 0 ;}$$

$$Va = \text{valor de aquisição do equipamento ;}$$

$$G_{S_0} = 1\ 663\ 775 - 1\ 500\ 000 = \text{\$}163\ 775 .$$

É este, basicamente, o tipo de raciocínio empregado pelo empreendedor no momento da escolha entre alternativas(6).

Ainda não se cogitou, todavia, da apuração do lucro econômico, ou melhor, de vários lucros econômicos, pois, conforme o momento escolhido como ponto de referência, obteremos valores diferenciados para o mesmo conceito.

Em primeira aproximação, diremos que o lucro econômico é igual, para o primeiro período, ao resultado da multiplicação de VO por i, isto é:

$$Le = i.VO = 0,12 . 1\ 663\ 775 = 199\ 653 .$$

5. Na prática, este cálculo, se efetuado, o seria quando da escolha entre as várias alternativas de investimento, isto é, antes da compra da máquina.

6. Embora menos preciso e rigoroso em seu aspecto formal.

É necessário realçar, entretanto, que, no exemplo apresentado, a previsão quanto às receitas líquidas do primeiro ano foi supostamente realizada. Vamos supor, agora, que a receita real seja igual a R\$490 000. Por outro lado, é de se supor que as previsões das futuras receitas tendam a ser diferentes das efetuadas no início do período, em virtude de alterações nas condições econômicas. Seria assim efetuada nova previsão das receitas para o 2º, 3º e 4º anos, ainda seria feita nova estimativa do valor residual. Suponhamos que os valores respectivos sejam:

$$R_2 = 788\ 000$$

$$R_3 = 420\ 000$$

$$R_4 = 365\ 000$$

$$V_r = 120\ 000$$

Nesse caso, o valor subjetivo da máquina, que poderíamos simbolizar VO_1 , altera-se sensivelmente:

$$VO_1 = \frac{490\ 000}{1} + \frac{788\ 000}{1,12} + \frac{420\ 000}{(1,12)^2} + \frac{485\ 000}{(1,12)^3}$$

$$VO_1 = 490\ 000 + 703\ 571 + 334\ 821 + 345\ 213$$

$$VO_1 = \text{R\$}1\ 873\ 605 \text{ .}$$

Dispomos agora de dois valores subjetivos: um, calculado no início das operações, quando as expectativas estavam influenciadas pela conjuntura econômica do momento; outro, calculado no fim do período, levando em consideração o primeiro desvio entre previsões e realizações e partindo de novas condições econômicas.

Podemos, assim, calcular um conceito de lucro ligeiramente diferenciado do simbolizado por Le . Seria uma espécie de lucro econômico

é comparado com o custo real; um orçamento de vendas é comparado com as vendas reais; o lucro subjetivo (previsto) deve ser comparado com um lucro real(7).

O cálculo de valores subjetivos é, de fato, uma tarefa importante do investidor, quando da escolha entre várias alternativas e nas subsequentes tomadas de decisões. É forçoso reconhecer, todavia, que o grau de adequação das expectativas à realidade do mercado só pode ser objetivamente apreciado, comparando-se expectativas com eventos reais do período e não com novas previsões.

Dai a grande importância da contabilidade na apuração de lucros de períodos já decorridos (8). Nada há de errado na apuração de lucros de um período que acaba de expirar; pelo contrário, é uma das funções primordiais da contabilidade. Trata-se, isto sim, de reformular a maneira pela qual tais resultados são apurados.

Concluimos, assim, que os conceitos anteriormente estudados, por serem essencialmente subjetivos, escapam ao âmbito de uma mensuração objetiva. Para as nossas finalidades, portanto, consideramos inadequados tanto o super-objetivismo restrito da contabilidade ortodoxa, quanto o super-subjetivismo avançado da teoria micro-econômica pura.

7. À página 10, afirmamos ser a definição econômica de lucro a única "realmente válida". E assim continuamos pensando, apesar das afirmações desse Capítulo. É que estamos tratando agora do conceito e conceito puro, ao passo que naquela passagem já vislumbrávamos e nos referíamos a um conceito econômico ligeiramente modificado, objetivamente mensurável, objeto de apurações sistemáticas da contabilidade, conceito que será delineado no fim deste Capítulo.

8. Quando afirmamos ser o conceito contábil ortodoxo essencialmente "ex-post" não criticamos o fato de a contabilidade apurar lucros de períodos passados, mas a circunstância de não usar critérios atualizados de valor.

Suponhamos agora que as receitas reais se revelem iguais a €\$490 000 e não a €\$500 000. Neste caso, o lucro, em termos de mercado, seria igual a €\$(1 300 000 + 490 000) - €\$1 500 000 = €\$290 000, resultado obtido pelo emprêgo de três valores reais de mercado.

É, pois, um lucro corrente e pode, com algumas adaptações, tornar-se o ideal das mensurações contábeis.

Se constataremos que o valor de realização real difere do previsto, deveremos levar êsse fato em consideração na apuração do lucro. Suponhamos que o valor real de realização, no fim do 1º ano, seja igual a €\$1 100 000; o lucro esperado será igual, então, a €\$(1 100 000 + 490 000) - €\$1 500 000 = €\$90 000.

3.3.3 - Reconciliação Entre Valores Objetivos e Subjetivos

Voltemos ao Quadro nº 1. Vimos que o lucro de mercado (que denominaremos "lucro realizável") era igual a €\$300 000 para o primeiro período. Vamos subtrair dêsse valor o seu custo de oportunidade, isto é, o valor obtido multiplicando-se a taxa de juros pelo valor de mercado no início do período. É o rendimento que poderíamos ter obtido emprestando a juros os fundos disponíveis ao invés de empregá-los no plano. Esse custo é igual a €\$(0,12 . 1 500 000) = €\$180 000. Subtraindo êsse resultado do "lucro realizável", teremos como consequência um resíduo de €\$(300 000 - 180 000) = €\$120 000. Esse valor representa o excesso do lucro realizável sobre seu custo de oportunidade. Seu valor atual, no momento 0, será calculado dividindo-se 120 000 por 1,12, isto é, $\frac{120\ 000}{1,12} = 107\ 143$.

Estendendo o cálculo aos demais períodos, teremos: lucro realizável do 2º período é negativo, $(420\ 000 + 800\ 000) - 1\ 300\ 000 = -80\ 000$. Seu custo de oportunidade será igual a: $0,12 \cdot 1\ 300\ 000 = €\$156\ 000$. O excesso do lucro realizável sobre seu cus-

entre o valor subjetivo num certo momento e seu valor de mercado. Mas, também, pode ser conceituado como a capacidade da empresa de ganhar lucros acima do normal, isto é, lucros que superem seu custo de oportunidade.

Temos, portanto, que o "goodwill" Subjetivo é igual ao Valor Subjetivo menos Valor de Mercado e também igual à soma dos valores atuais do excesso do lucro realizável sobre seu custo de oportunidade para cada período. Se uma grandeza X é igual, ao mesmo tempo, a uma grandeza Y e a uma grandeza Z, podemos seguramente afirmar que a grandeza Y é igual à grandeza Z. Assim, por analogia, temos que o Valor Subjetivo = Valor de Mercado + Soma dos Valores Atuais dos Excessos dos Lucros Realizáveis sobre seus Custos de Oportunidade.

Todavia, os lucros realizáveis, foram calculados utilizando valores esperados de mercado. Poderíamos completar a igualdade da seguinte forma: Valor Subjetivo = Valor de Mercado + Soma dos Valores Atuais dos Excessos dos Lucros Realizáveis sobre seus Custos de Oportunidade $\pm R$, sendo R o desvio entre lucros realizáveis e reais, derivante de flutuações inesperadas dos valores de mercado.

O primeiro passo rumo à reconciliação dos conceitos contábil e econômico foi dado, mostrando a ponte de ligação entre valores subjetivos e de mercado. Resta agora definir de maneira mais adequada o valor de mercado. É preciso chegarmos, afinal, a um conceito de lucro que seja, simultaneamente, significativo sob o aspecto econômico e mensurável ou praticável sob o aspecto contábil. Mas, desde já, podemos adiantar que a praticabilidade alcançada será muito mais complexa do que qualquer dificuldade transcendental eventualmente surgida na aplicação dos conceitos ortodoxos.

3.4 - Primeira Tentativa de Aproximação

Vimos ser necessário um conceito de lucro que, além, de eco-

- 2 - Custo Corrente: custo corrente de aquisição dos fatores utilizados pela empresa na produção do bem objeto de avaliação.
- 3 - Custo Histórico: custo, na data de aquisição, dos fatores utilizados pela empresa na produção do objeto que está sendo avaliado.

Se usarmos um valor de entrada como base de avaliação contábil, o lucro será apurado ou reconhecido somente no ato da venda do produto, ao passo que, ao utilizarmos um valor de saída, o lucro poderá surgir a cada momento, à medida que o valor de saída no momento em que se demonstre superior ao valor de saída em t0.

Dessa forma, o valor efetivo de venda corresponderia apenas ao último valor de saída, não havendo lucro ou prejuízo no ato da venda, mas somente troca de produtos por dinheiro ou títulos a receber.

A contabilidade ortodoxa utiliza-se de valores de entrada em seus registros e, especificamente, de custos históricos. Dos valores de saída só utiliza valores correntes, no ato da venda de produtos e serviços.

Analisemos, ligeiramente, os outros tipos de valores subordinados a valores de entrada e de saída. Até agora, só analisamos o custo de oportunidade, filiado a valores de saída.

a) Valores de Saída

- 1 - Esperados: são típicos das mensurações altamente subjetivas derivadas do conceito econômico puro de lucro empresarial. Vimos que há fundadas razões para julgar esses valores praticamente impossíveis de serem determinados com certo rigor, portanto, desprezados pela contabilidade.

É chegada, finalmente, a hora de escolhermos as bases adequadas para avaliação dos fatos contábeis. Vimos que um valor de saída não pode constituir a base normal de avaliação contábil, em virtude do princípio da continuidade. Por outro lado, concluímos que o valor de mercado seria o ponto de encontro entre teoria contábil e econômica. Entretanto, não podendo ser um valor de saída, deverá ser de entrada e, por exclusão, a escolha recai forçosamente no custo corrente(10). O único valor de saída utilizado será o valor corrente, quando da venda de produtos ou serviços, ou mesmo, de outros elementos do ativo. Isto implica reconhecer-se o princípio da realização para o caso dos produtos. O lucro só será reconhecido no ato da venda. Entretanto, as flutuações de preços dos elementos do ativo, ocorridas nos "intervalos de espera" serão reconhecidas, mesmo antes de serem realizadas pela venda. As escolhas acima são o resultado de um processo lógico de raciocínio, desenvolvido a partir do Capítulo I, raciocínio que levou em consideração três fatores primordiais: 1) a importância das definições da economia como "guias" ou "normas" de ação para as mensurações contábeis; 2) a ligação existente entre valores subjetivos e valores de mercado; 3) como o valor de mercado pode ser tanto um valor de saída quanto de entrada, demonstramos a inadequação do valor de saída, recaindo, portanto, nossa preferência num valor de entrada, ou seja, o custo corrente. (11)

10. O outro tipo de valor de entrada, ou seja, o custo presente é completamente desprovido de importância para nossa finalidade. É um tipo de valor muito difícil de ser determinado. Por exemplo: qual seria o custo presente de aquisição, digamos, de um bem semi-acabado, bem que é produzido apenas pela nossa firma? A adoção desse critério de valor implicaria na pressuposição de um mercado perfeito.

11. Tivemos de sacrificar o custo de oportunidade, em função, inclusive, de uma maior objetividade nas mensurações. Entretanto, a validade desse conceito permanece intacta em outras finalidades que não a da apuração sistemática de lucros.

3.5.2 - Lucro Operacional Corrente

Indica se as entradas relativas às vendas são suficientes para cobrir o custo corrente dos fatores de produção empregados (consumidos) na produção vendida. Edwards e Bell assim se expressam a respeito da importância do conceito(13). (...) "The existence of a profit for a particular period indicates that the firm is making a positive long-run contribution to the economy; the production process in use by the firm is an effective means for converting resources having one value into an output having a larger value(...). Current operating profit, therefore, is essentially the long-run profit associated with the existing process of production carried on under existing conditions".

Note-se, de passagem, que nenhuma menção ainda foi feita às variações do poder aquisitivo da moeda. É que exercem um papel secundário no processo de atualização dos conceitos contábeis. As flutuações específicas dos preços de estoques, máquinas, equipamentos etc., constituem o problema principal da contabilidade.

O conceito de lucro operacional corrente é claramente superior, para finalidades administrativas internas, a qualquer outro conceito alternativo.

A superioridade informativa do lucro operacional sobre outros conceitos alternativos é ainda mais evidente para os interessados estranhos à empresa. Presumivelmente, os investidores de capital selecionarão as empresas com maior lucro operacional, indicativo de uma tendência favorável a longo e médio prazo, no âmbito do processo de produção escolhido e das técnicas existentes.

Além disso, a mensuração da renda nacional é realizada observando-se o fluxo atual de recursos. O lucro, nas contas de renda na -

13. Idem, p. 98/99.

3.6 - Definição e Formas de Obtenção dos Custos Correntes

Já que o principal elemento dos novos conceitos é um valor de entrada, precipuamente, o custo corrente, torna-se necessário defini-lo com certo rigor.

O custo corrente já foi sinteticamente conceituado à página 59 deste trabalho. Trata-se agora de estabelecer algumas qualificações para aquêle conceito.

Ao avaliarmos, por exemplo, o custo corrente do estoque de matéria-prima, na data do balanço, defini-lo-emos como um valor de momento, isto é, como o valor de compra, na data do balanço, das unidades físicas de matéria-prima existentes no estoque.

Quando, entretanto, nos referirmos à avaliação dos fatores utilizados na produção, usaremos um conceito de custo corrente definido, normalmente, para um período, e não para um momento de tempo. Receitas e custos definem-se para um período e não em datas isoladas.

Custo corrente, além disso, não é equivalente ao custo de reposição. Este implica progresso tecnológico, aquêle não. Custo corrente, outrossim, também não é o mesmo que custo de reprodução. Este é o custo de fabricação, no momento t_1 , do mesmo elemento comprado em t_0 ; aquêle é o custo de aquisição em t_1 , do mesmo bem adquirido em t_0 .

Estas diferenciações de conceitos são muitas vezes desprezadas na prática do ajustamento, quando temos de utilizar os poucos dados de que dispomos, sem excessivas preocupações de rigor teórico. Mas, num estudo eminentemente teórico como este, é forçoso reconhecê-las, para não haver mal-entendidos mais adiante.

Uma vez definido, com certo rigor, o custo corrente, analisemos sumariamente as formas de obtenção de custos correntes. Dentre as várias possibilidades destacamos as seguintes, sendo que a adoção de

tidades, procurando atender justamente a essas situações. Estatísticos, economistas e contadores devem acostumar - se a compreender a natureza e as limitações dos índices de preços e a usá-los quando necessário. Embora o grau de aproximação dos ajustamentos possa ser questionável, sob o ponto de vista do rigor teórico, não vemos outra alternativa se quisermos obter valores próximos dos correntes, na maior parte dos casos práticos.

Atualmente, será talvez necessário recorrer a mais de uma fonte de obtenção de valores correntes para levar a têrmo o ajustamento. É de se esperar, todavia, que, com a melhoria na qualidade, na quantidade e na rapidez do cálculo de índices, poderemos, a curto prazo, utilizar-nos de índices específicos selecionados, única e exclusivamente.

CAPÍTULO IV

O PROCESSO DE AJUSTAMENTO

4.1 - Generalidades

Após a árdua revisão teórica efetuada nos Capítulos II e III, estamos finalmente em condições de oferecer nossa contribuição pessoal ao problema dos ajustamentos contábeis.

Será construído um esquema geral de ajustamento, que obedecerá aos conceitos anteriormente emitidos e será aplicável em qualquer condição de preços vigente no mercado.

Todavia, como nossa intenção foi, além da originalidade, a clareza de exposição, isto é, a didática, o esquema de ajustamento será delineado passo a passo, através da solução prática dos problemas de ajustamento surgidos em três casos hipotéticos, de crescente complexidade.

Assim é que o primeiro exemplo será uma simulação da situação mais simples imaginável, isto é, o caso de a empresa não possuir inventários, nem ativo fixo. Resolvendo esse caso hipotético, estaremos mostrando o processo de ajustamento das contas puramente financeiras. Já no segundo exemplo, surgirá o problema do ajustamento de itens do ativo fixo, mas não existem inventários. No terceiro e último exemplo, apresenta-se-nos, inclusive, esse último problema de ajustamen

b) Demonstrativo de Lucros e Perdas

VENDAS	350
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	<u>250</u>
LUCRO BRUTO EM VENDAS	100
(-)OUTROS CUSTOS	<u>51</u>
(+)REVERSÃO DA PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS EM 31/12/X	49 <u>42</u>
	91
(-)DEVEDORES DUVIDOSOS- 31/12/X+1	<u>51,3</u>
LUCRO LÍQUIDO	<u><u>39,7</u></u>

4.2.2 - Informações Complementares

Não houve distribuição de lucros durante o período. Inexistem estoques iniciais e finais, sendo que o custo das mercadorias vendidas equivale às compras do período. O melhor índice geral de preços disponível indicava 2093 em 31/12/X e 3785 em 31/12/X+1. O índice médio é, portanto, igual a 2939.

Os sócios da empresa desejam conhecer a lucratividade real do período, pois desconfiam da significância do lucro líquido histórico.

4.2.3 - Considerações Gerais

Num caso, como o apresentado no item 4.2.1, não temos maiores dificuldades para efetuar o ajustamento. Não se verifica o problema da transformação dos valores históricos em valores correntes, pois do balanço constam contas puramente financeiras, ou seja, valores sempre correntes.

Por outro lado, sendo o custo das mercadorias vendidas igual às compras do período, trata-se de um valor corrente de período, não necessitando também de ajuste.

4.2.4.2 - Demonstrativo de Lucros e Perdas Real

Período: X+1

VENDAS	350 x $\frac{3\ 785}{2\ 939}$ =	<u>€\$450,748</u>
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	250 x $\frac{3\ 785}{2\ 939}$ =	<u>€\$321,963</u>
LUCRO OPERACIONAL		€\$128,785
(-)OUTROS CUSTOS	51 x $\frac{3\ 785}{2\ 939}$ =	<u>€\$ 65,680</u> 63,105
(+)REVERSÃO DA PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS EM 31/12/X	42 x $\frac{3\ 785}{2\ 093}$ =	<u>€\$ 75,953</u> 139,058
(-)DEVEDORES DUVIDOSOS 31/12/X+1	51,3 x $\frac{3\ 785}{3\ 785}$ =	<u>€\$ 51,300</u> 87,758
(-)PERDAS NOS ITENS MONETÁRIOS		
a) No Saldo Inicial		
607 ($\frac{3\ 785}{2\ 093}$ - 1) = 490,704		
b) Nos Acréscimos		
49 ($\frac{3\ 785}{2\ 939}$ - 1) = 14,105		<u>€\$504,809</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO REAL		<u>€\$(417,051)</u>

Verifica-se, assim, a perfeita igualdade entre o " Prejuízo Líquido Real" do Demonstrativo de Lucros e Perdas Real e o resultado obtido por diferenças de patrimônios líquidos. O cálculo pode ser considerado correto. Vejamos os critérios usados no ajustamento dos valores históricos, item por item.

caso inverso. O mesmo ocorre, em sentido inverso, com nos as dívidas. O elemento do demonstrativo de lucros e per das real denominado "Perdas Nos Itens Monetários", que po de ser eventualmente um ganho, é uma tentativa de reconhe cer êsse fato com as dívidas e crédito da empêsa, inclu índo-se no cálculo os saldos de caixa e bancos. A infla ção ou o fenômeno inverso afetam diretamente os itens pu ramente financeiros do balanço (Caixa, Bancos, Valores a Receber e Valores a Pagar). Vejamos, a seguir, como foi calculada a perda constante de nosso demonstrativo.

Para facilitar o cálculo, separêmo-lo em duas etapas:

- a) Perdas (Ganhos) no Saldo Inicial e
- b) Perdas (Ganhos) nos Acréscimos .

O valor de 607 é formado pelos seguintes elementos, todos do balanço em 31/12/X : Caixa, 120 + Títulos a Receber, 420 + Bancos, 290, - Contas a Pagar, 223 = €\$607. O resultado indica que o ativo monetário supera o passivo monetário em 607 e a inflação incide profundamente e negativamente nessas circunstâncias. A perda no saldo inicial é, portanto, assim calculada:

$$607 \times \frac{3\ 785}{2\ 093} - 607 \times \frac{3\ 785}{3\ 785}$$

colocando em evidência 607, obtemos

$$607 \times \left(\frac{3\ 785}{2\ 093} - 1 \right) = €\$490,704 .$$

Note-se que, para abreviar o cálculo, apuramos a perda líquida sôbre o excesso do ativo monetário em relação ao passivo monetário. Poderíamos ter apurado primeiramente uma perda no ativo monetário e, em seguida, o ganho ocorrido no passivo monetário. O valor do demonstrativo é o resultado líquido do cálculo.

Vendas	350 x $\frac{3\ 785}{3\ 785}$ =	€\$350
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	250 x $\frac{3\ 785}{3\ 785}$ =	€\$250
Lucro Operacional		€\$100
(-) Outros Custos	51 x $\frac{3\ 785}{3\ 785}$ =	€\$ $\frac{51}{49}$
(+) Reversão da Provisão p/ Devedores Duvidosos em 31/12/X	42 x $\frac{3\ 785}{2\ 093}$ =	€\$ $\frac{75,953}{124,953}$
(-) Devedores Duvidosos- 31/12/X+1	51,3 x $\frac{3\ 785}{3\ 785}$ =	€\$ $\frac{51,300}{73,653}$
(-) <u>Perdas Nos Itens Mone</u> <u>tarios</u>	607 x $(\frac{3\ 785}{2\ 093} - 1)$ =	€\$490,704
Prejuízo Líquido Real		€\$ <u><u><u>(417,051)</u></u></u>

Neste caso, não precisamos ajustar as vendas e custo das mercadorias vendidas, bem como os demais custos, por se verificarem no dia 31/12/X+1. O valor da reversão da provisão deve ser ajustado, pois é originário de 31/12/X. Por outro lado, não se verificam perdas ou ganhos no acréscimo do valor líquido dos itens monetários, pois, por hipótese, verificaram-se no último dia do exercício. A perda no saldo inicial permanece, pois esse saldo é um valor de 31/12/X.

Suponhamos, para finalizar, que receitas e custos se concentram no primeiro dia do exercício. Teríamos o seguinte demonstrativo real:

tico de ajustamento por nós idealizado, apreciaremos, como segundo exemplo, um caso hipotético em que, além das contas financeiras, temos de arcar com o problema do ajustamento de elementos do ativo fixo (englobados numa única conta que denominamos Equipamentos), os quais, além de serem depreciáveis, sofrem variações de preços no mercado a uma taxa normalmente diferente da verificada na evolução do índice geral de preços.

A novidade desse exemplo de ajustamento é constituída pelo aparecimento de economias de custo realizadas e de Ganhos (Perdas) de Capital Não Realizados, conceitos definidos no capítulo anterior.

A empresa hipotética "DEF" apresentou em 31/12/X e 31/12/X+1, respectivamente, os balanços abaixo transcritos, bem como o demonstrativo de lucros e perdas para o período X+1:

a) Balanços Gerais

		em 31/12/X	31/12/X+1
<u>ATIVO</u>			
Caixa		120	150
Títulos a Receber	900	1 500	
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	<u>90</u>	810	<u>1 350</u>
Equipamentos	1 000	1 000	
(-) Depreciação Acumulada	<u>500</u>	<u>500</u>	<u>600</u>
Total do Ativo		<u><u>1 430</u></u>	<u><u>1 900</u></u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
<u>Passivo</u>			
Contas a Pagar		500	650
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Capital	500	500	
Lucros Retidos	<u>430</u>	<u>930</u>	<u>1 250</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u><u>1 430</u></u>	<u><u>1 900</u></u>

Vamos utilizar um índice específico de preços para atualizar o valor dos equipamentos e da depreciação acumulada. Após cuidadoso estudo, foi escolhido o índice de Produtos Metalúrgicos. Esse índice acusava, por hipótese, 120 no fim do ano X-5, 400 em 31/12/X e 499 em 31/12/X+1. Podemos apurar, assim, os valores correntes.

Valor Corrente dos Equipamentos em 31/12/X

$$VC = VH \times \frac{400}{120} = 1\ 000 \times \frac{400}{120} = 3\ 330, \text{ aproximadamente.}$$

Valor Corrente dos Equipamentos em 31/12/X+1

$$VC = VH \times \frac{499}{120} = 1\ 000 \times \frac{499}{120} = 4\ 160, \text{ aproximadamente.}$$

Valor Corrente da Depreciação Acumulada em 31/12/X

$$VC = VH \times \frac{400}{120} = 500 \times \frac{400}{120} = 1\ 665, \text{ aproximadamente.}$$

Valor Corrente da Depreciação Acumulada em 31/12/X+1

$$VC = VH \times \frac{499}{120} = 600 \times \frac{499}{120} = 2\ 496, \text{ aproximadamente.}$$

b) Demonstrativo de Lucros e Perdas Corrente

VENDAS	₡2 500
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	<u>1 700</u>
LUCRO OPERACIONAL	800
(-) DEPRECIACÃO	<u>416</u>
	<u>384</u>
(-) ACRÉSCIMO DA PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS (150-90)	<u>60</u>
	<u>324</u>
(-) OUTROS CUSTOS	<u>320</u>
	<u>4</u>
(+) ECONOMIAS DE CUSTO REALIZADAS Na Depreciação: ₡416 - 100 =	<u>316</u>
LUCRO REALIZADO	320
(+) GANHOS DE CAPITAL DO PERÍODO (1 264 - 1 165) =	<u>99</u>
LUCRO LÍQUIDO CORRENTE	<u><u>₡419</u></u>

Verifica-se igualdade entre o lucro líquido corrente apurado no demonstrativo de lucros e perdas correntes e o resultado apurado por diferenças entre patrimônios líquidos correntes(3). Analisemos os novos elementos surgidos no demonstrativo de lucros e perdas e no balanço corrente.

1 - Ganhos de Capital Não Realizados

Constituem o excesso do valor residual corrente dos equipamentos sobre o valor residual histórico, nas datas dos balanços. Assim, em 31/12/X, tal valor é igual a ₡(1 665 - 500) = ₡1 165. Um ano mais tarde, teremos: ₡(1 664 - 400) = ₡1 264.

2 - Economias de Custo Realizadas

Conforme a definição à página 62, constituem "o excesso do custo corrente sobre o custo histórico dos fatores empregados na produção vendida". Embora tenhamos separado a depreciação da apuração do

3. De fato: ₡(2 514 - 2 095) = ₡419.

O resultado líquido real foi nulo. Trata-se agora de demonstrar, em detalhes, as causas desse resultado. Isto será feito ajustando-se o demonstrativo de lucros e perdas corrente às variações do poder aquisitivo da moeda.

4.3.3.3 - Demonstrativo de Lucros e Perdas Real

Período X+1

$$\frac{470}{390} = 1,2 \quad \text{e} \quad \frac{470}{430} = 1,09$$

VENDAS	2 500 x 1,09 = ...	€\$2 725
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS.	1 700 x 1,09 = ...	<u>1 853</u>
LUCRO OPERACIONAL		872
(-)DEPRECIACÃO	416 x 1,00 = ...	<u>416</u>
		456
(+)REVERSÃO DA PROVISÃO DE 31/12/X	90 x 1,2 = ...	<u>108</u>
		564
(-)DEVEDORES DUVIDOSOS 31/12/X+1	150 x 1,00 = ...	<u>150</u>
		414
(-)OUTROS CUSTOS	320 x 1,09 = ...	<u>349</u>
		65
(+)ECONOMIAS DE CUSTO REALIZADAS		
Na Depreciação	(416 - 100 x 1,2) =	<u>296</u>
LUCRO REALIZADO		€\$361
(-)PERDAS NOS ITENS MONETÁRIOS		
a) No Saldo Inicial		
520 x (1,2 - 1,00) = 104		
b) Nos Acréscimos		
480 x (1,09 - 1,00) = <u>43</u>		€\$147
		214
(-)PERDAS DE CAPITAL DO PERÍODO		
(1 664 - 400 x 1,2) - (1 665 - 500) x 1,2 =		<u>214</u>
RESULTADO LÍQUIDO REAL		<u>€\$ 0</u>

Verifica-se, novamente, a igualdade entre o resultado apurado no fim do demonstrativo de lucros e perdas e o apurado por diferença de patrimônios líquidos. Resta-nos ilustrar detalhadamente o tipo de raciocínio empregado para calcular as economias de custo realizadas (reais) e as perdas de capital do período (reais), elementos que não figuravam no demonstrativo do item 4.2.4.2.

ção ocorrida no índice geral de preços escolhidos, durante o período, atualizando os elementos componentes da igualdade acima. Teríamos, dessa forma:

- 1 664 não necessita de ajustamento, pois está expresso em termos de moeda de 31/12/X+1 ;
- 400 é ajustável, por tratar-se de valor histórico;
- 1 665 é passível de ajustamento, pois é um valor de 31/12/X;
- 500 deve ser atualizado, por ser valor histórico.

Assim procedendo, verificamos que, de um resultado de + 99 (ganho), passamos a um valor de - 214 (perda) (5).

4.4 - O Ajustamento no Caso de Empresa que Possui Estoques Inicial e Final

4.4.1 - Generalidades

Nos exemplos anteriores foi intencionalmente desprezada uma

5. Outra configuração de dados bastante indicativa é a seguinte: se somarmos algebricamente os valores obtidos para a depreciação (-416), para as economias de custo realizadas (+296) e para as perdas de capital do período (-214), chegaremos a um resultado final de -334; por outro lado, ao compararmos o valor residual corrente dos equipamentos em 31/12/X+1 com seu correspondente em 31/12/X atualizado em termos de moeda de fim de ano, temos: $1\ 664 - 1\ 665 \times 1,2 = -334$. Assim, atribuindo sinal positivo ou negativo, conforme sua influência no demonstrativo de lucros e perdas, à depreciação, às economias (deseconomias) de custo realizadas e às Perdas (ganhos) de capital de período, e somando algebricamente seus valores, a soma será igual ao valor da perda (ganho) líquido nos equipamentos. Outrossim, ao somarmos, também algebricamente, a depreciação (-416) com as economias de custo realizadas (+296), obtemos -120, que correspondem exatamente à depreciação histórica ajustada pelas variações do índice geral de preços.

b) Demonstrativo de Lucros e Perdas

VENDAS	@\$300
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	<u>185</u>
LUCRO BRUTO EM VENDAS	115
(-) DEPRECIACÃO	<u>15</u>
	100
(-) ACRÉSCIMO DA PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS (40 - 25)	<u>15</u>
	85
(+) OUTRAS RECEITAS	<u>5</u>
LUCRO LÍQUIDO	<u><u>90</u></u>

4.4.3 - Outras Informações

A empresa iniciou suas atividades em 1/1/X-1, tendo sido os equipamentos adquiridos nessa mesma data. O método de depreciação empregado é o da linha reta, sendo a vida útil estimada igual a dez anos, sem valor residual estabelecido.

A empresa compra e vende cinco mercadorias, a saber: "A", "B", "C", "D" e "E". A sociedade mantém sistema de inventário periódico, a valianando os estoques pelo "custo ou mercado o mais baixo". O livro de inventários propicia as informações abaixo transcritas:

MERCADORIA	ESTOQUE EM 31/12/X			ESTOQUE EM 31/12/X+1		
	Quant.	\$ unit.	\$ Total	Quant.	\$ unit.	\$ Total
"A"	10	1,0	10,0	10	1,5	15,0
"B"	20	2,0	40,0	10	4,0	40,0
"C"	30	3,0	90,0	35	4,0	140,0
"D"	2	0,5	1,0	3	1,0	3,0
"E"	9	1,0	9,0	16	2,0	32,0
SOMAS	71		150,0	74		230,0

Por outro lado, a depreciação corrente será igual a

$$\frac{10}{100} \times 370 = \text{€}37, \text{ para } X+1 .$$

b) Custo das Mercadorias Vendidas

Nos exemplos anteriores, quando o custo das unidades vendidas igualava às compras do período, verificamos que o valor das compras fornecia o elemento básico para a determinação do custo corrente.

Em casos como este, desejamos apurar um valor corrente, sim, mas de período e não definido num determinado momento. Neste terceiro exemplo, possuímos fatura de informações e isto nos permite apurar valores correntes utilizando os próprios registros da empresa. O raciocínio empregado é muito interessante (e correto) e Edwards e Bell dêle se utilizam, no caso de inventários (6).

O elemento que servirá de base principal para a apuração do custo corrente das vendidas, será, como veremos, o preço unitário médio ponderado das compras do período, calculado para cada mercadoria. Este custo unitário será multiplicado pelas quantidades vendidas (para cada mercadoria) e obteremos um custo corrente de período, independente dos valores de estoque anteriores.

O cálculo pode ser apresentado conforme abaixo:

I	II	III	IV	V = IV/III	VI = II x V
MERC.	UNIDAD. VENDID.	UNIDADES COMPRADAS	VALOR TOTAL DE COMPRA	CUSTO UNIT. DAS COMPRAS	CUSTO CORRENTE DAS UNIDADES VENDIDAS
"A"	20	20	40,0	2,0	40,0
"B"	20	10	50,0	5,0	100,0
"C"	10	15	75,0	5,0	50,0
"D"	4	5	10,0	2,0	8,0
"E"	25	30	90,0	3,0	69,0
SOMAS	77	80	265,0		267,0

6. EDWARDS, Edgar O. e BELL, Philip W., op. cit., p. 135/160.

a) Balanços Gerais Correntes

		<u>em 31/12/X</u>		<u>em 31/12/X+1</u>
<u>ATIVO</u>				
		100,0		130,0
	Caixa e Bancos			
	Títulos a Receber	250,0	400,0	
(-)	Provisão p/ Devedores			
	Duvidosos	<u>25,0</u>	<u>40,0</u>	360,0
	Mercadorias	207,5		294,5
	Equipamentos	250,0	370,0	
(-)	Depreciação			
	Acumulada	<u>50,0</u>	<u>111,0</u>	<u>259,0</u>
	Total do Ativo	<u>732,5</u>		<u>1 043,5</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo

Contas a Pagar 330,0 470,0

Patrimônio Líquido

Capital	100,0	100,0	
Lucros Retidos	165,0	255,0	
Ganhos de Capital			
Não Realizados	<u>137,5</u>	<u>402,5</u>	<u>218,5</u>
Total do passivo	<u>732,5</u>		<u>1 043,5</u>

b) Demonstrativo de Lucros e Perdas Corrente

	VENDAS	@ \$ 300,0	
(-)	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	<u>267,0</u>	
	LUCRO OPERACIONAL	33,0	
(-)	DEPRECIÇÃO	<u>37,0</u>	
		(4,0)	
(-)	ACRÉSCIMO DA PROVISÃO P/ DEVEDORES		
	DUVIDOSOS (40 - 25)	<u>15,0</u>	
		(19,0)	
(+)	OUTRAS RECEITAS	5,0	
		(14,0)	
(+)	ECONOMIAS DE CUSTO REALIZADAS		
	a) Na Depreciação: @ \$ 37,0 - 15,0 = 22,0		
	b) No Custo das-		
	Mercadorias -		
	Vendas : @ \$ 267,0 - 185,0 = <u>82,0</u>	<u>104,0</u>	
	LUCRO REALIZADO	90,0	
(+)	GANHOS DE CAPITAL DO PERÍODO		
	a) Em Equipamentos: @ \$ 154,0 - 80,0 = 74,0		
	b) Em Mercadorias : @ \$ 64,5 - 57,5 = <u>7,0</u>	<u>81,0</u>	
	LUCRO LÍQUIDO CORRENTE	<u>@ \$ 171,0</u>	

4.4.4.3 - Demonstrativo de Lucros e Perdas Real

	Período	X+1	
	$\frac{150}{100}$	= 1,5	
	$\frac{150}{125}$	= 1,2	
VENDAS	300,0x1,2 =		360,0
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	267,0x1,2 =		<u>320,4</u>
LUCRO OPERACIONAL			39,6
(-)ACRÉSCIMO DA PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS (40,0 x 1,0)-(25,0 x 1,5)		=	<u>2,5</u>
			37,1
(-)DEPRECIÇÃO	37,0x1,0 =		<u>37,0</u>
			0,1
(+)OUTRAS RECEITAS	5,0x1,2 =		<u>6,0</u>
			6,1
(+)ECONOMIAS DE CUSTO REALIZADAS			
a) Na Depreciação	37,0-15,0x1,5 =	14,5	
b) No Custo das Mercadorias Vendidas	320,4-185,0x1,5 =	42,90 =	<u>57,4</u>
LUCRO REALIZADO			163,5
(-)PERDAS NOS ITENS MONETÁRIOS			
a) No Saldo Inicial	20,0x(1,5-1,0)=	10,0	
b) Nos Acréscimos	40,0x(1,2-1,0)=	<u>8,0</u>	= <u>18,0</u>
			145,5
(-)PERDAS DE CAPITAL DO PERÍODO			
a) Em Equipamentos ... (259,0-105,0x1,5)-(200,0-120,0)1,5		=	18,50
b) Em Mercadorias			
[294,5-(150,0x1,5+265,0x1,2-185,0x1,5)] -			
- [(207,5-150,0)x1,5] =	<u>57,25</u>		<u>75,75</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO REAL			R\$(30,25)

$$(65,5-57,5) = [294,5 - (150,0+265,0-185,0)] - [(207,5 - 150,0)] =$$
$$= \text{R}\$7,0 .$$

Para tornar real esta expressão, basta multiplicar seus elementos pelos coeficientes monetários, conforme as datas de formação . Assim, 294,5 é um valor corrente de 31/12/X+1 e dispensa ajustamento; 150,0 é o valor histórico de 31/12/X e deve ser multiplicado por 1,5 ; 265,0 representam as compras do período e, portanto, deverão ser multiplicados por 1,2; 185, custo histórico das mercadorias vendidas é também valor do período X e será multiplicado por 1,5; 207,5 e 150,0 são valores de 31/12/X e como tais são multiplicados por 1,5. Assim, Ganhos de Capital do Período =

$$[294,5 - (150,0 \times 1,5 + 265,0 \times 1,2 - 185,0 \times 1,5)] - [(207,5 - 150,0) \times 1,5] =$$
$$= - 57,25 .$$

Sendo o resultado negativo, trata-se de uma Perda de Capital do Período.

4.4.4.4 - Comparações entre Conceitos Históricos, Correntes e Reais

É fácil perceber que a apuração sistemática dos conceitos vistos nas páginas precedentes forneceria à administração e a outros interessados uma quantidade e qualidade de informações nunca vistas na história da contabilidade. Avaliar as vantagens, principalmente para a administração, em relação à tomada de decisões, dos conceitos vistos, importaria em trabalho à parte. Entretanto, para efeito de comparação e sumarização dos vários conceitos, vamos analisar a tabela a seguir:

pouco maior que o corrente(7). Quanto ao lucro realizado, o histórico será igual ao corrente, em qualquer hipótese, ao passo que o real poderá ser maior ou menor. Perdas (Ganhos) nos Itens Monetários são um elemento do demonstrativo real, única e exclusivamente; Ganhos (Perdas) de Capital do Período constituem lucros (perdas) não realizados e como tais não constam dos demonstrativos históricos (princípio da realização). Sob as hipóteses previstas, os ganhos de capital correntes serão sempre maiores do que os reais. Quanto às economias de custo realizadas, não se definem no caso histórico e as reais serão menores que as correntes (8).

4.4.4.5 - Grau de Diferenciação Entre Nosso Esquema de Ajustamento e os Filiados à "Price-Level School"

São profundas as diferenças conceituais entre nosso esquema geral de ajustamento e todos os demais filiados à escola "clássica" ou do "Price-Level"(9). Os seguidores dessa filosofia de ajustamento preocupam-se apenas com uma "restauração" dos valores históricos. Não introduzem qualquer alteração conceptual profunda em relação à contabili

7. Em nosso exemplo isto acontecerá sempre, em virtude da suposição da distribuição uniforme de receitas e custos durante o período. Num caso real, todavia, poderá ocorrer que as datas médias de incorrência dos custos sejam sempre anteriores às da receita de vendas, fato que provocaria um lucro operacional real menor que o corrente.
8. No caso de as flutuações específicas de preços se verificarem em sentido inverso às do índice geral de preços, não são válidas essas conclusões. Por outro lado, se os coeficientes de variação específicos e geral forem iguais, o demonstrativo corrente será igual ao real, salvo quanto aos ganhos ou perdas monetárias.
9. Todavia, em relação a outros esquemas que levam em consideração flutuações específicas de preços, ao mesmo tempo que gerais, as divergências conceituais são atenuadas. O processo prático de obtenção do demonstrativo real, por nós idealizado, é, porém, o mais completo e, dentro da abundância de dados fornecidos, o mais simples de todos.

CAPÍTULO V

A UM PASSO DA REALIDADE

5.1 - Generalidades

No intuito de apresentarmos as bases teóricas e os elementos fundamentais do esquema de ajustamento proposto nas páginas anteriores, algumas variáveis tiveram de ser simplificadas e outras ainda foram ignoradas. Isto foi necessário para não sobrecarregar com detalhes secundários nosso raciocínio, o qual já não era simples, em virtude da dificuldade do problema. Agora, todavia, é imperioso levar em consideração, pelo menos ligeiramente, aquelas variáveis, para que nossa contribuição à teoria dos ajustamentos seja mais efetiva.

De certa forma, o objetivo deste capítulo outro não é senão fornecer os elementos infraestruturais que possibilitem, ou que, pelo menos facilitem, a aplicação do esquema de ajustamento a casos de empresas reais.

Em verdade, poderíamos ter ido além neste estudo, no sentido de prover uma ou várias aplicações de nosso esquema de ajustamento a casos reais. Não o fizemos por dois motivos: primeiro, porque o objetivo deste trabalho foi, desde o início, o de prover uma contribuição de natureza teórica, esquemática, sem a pretensão de esgotar o assunto em todos seus aspectos; em segundo lugar, porque preferimos deixar a

teste crucial para aceitação, por parte da classe contábil, de novos princípios, processos ou técnicas de contabilidade que viessem, mesmo que ligeiramente, alterar o "status quo".

Em contabilidade, é necessário que exista consenso geral a respeito de princípios e processos, pois a uniformidade deve ou deveria ser o ponto alto da disciplina.

Por isso, a aceitação de novas idéias a respeito de nossa disciplina tem sido um processo lento e laborioso, em virtude da necessidade de acôrdo.

Já nos referimos, no Capítulo II, à necessidade de um princípio ser considerado praticável, antes que seja erigido à condição de "geralmente aceito" pela classe contábil. O teste da praticabilidade, contudo, não se limita à aceitação de novos princípios, mas aplica-se a qualquer inovação nos próprios processos contábeis. É evidente que ao crivo da praticabilidade não escaparam os vários processos e teorias de ajustamentos até hoje propostos por vários autores.

É forçoso reconhecer-se, contudo, que nas críticas aos processos de ajustamento, bem como em outras inovações, atribuiu-se à palavra "praticabilidade" um sentido muito restrito e rigoroso. Tudo que não fôr praticável com extrema facilidade, deve ser considerado impraticável.

Ora, essa atitude excessivamente conservadora tem prejudicado, sensivelmente, a evolução da contabilidade. É mais do que evidente ser impossível melhorar a qualidade e o nível de desempenho de certa técnica sem que se aumentem, pelo menos temporariamente, as dificuldades práticas para consegui-lo. Em muitas áreas da contabilidade, adotam-se critérios excessivamente arbitrários sob a premissa de que são praticáveis. Basta lembrar o caso da depreciação, onde o primarismo é às vezes chocante. As técnicas normalmente empregadas para estimativa da provisão de devedores duvidosos constituem outro exemplo de arbitrariedade e primarismo. O mesmo se pode afirmar a respeito de alguns critérios de amortização de despesas de instalação.

poníveis para se chegar aos valores correntes. Uma vez apurados, nosso esquema de ajustamento aplica-se com facilidade notável.

Se é de nosso dever alertar a respeito das inegáveis dificuldades que podem surgir em casos reais de ajustamento, também é de nossa responsabilidade afirmar que, muito raramente, tais dificuldades não poderão ser superadas, nos limites razoáveis de tempo e de custo. Queremos, mais uma vez, dizer que dificuldade não significa impraticabilidade.

Outrossim, é confortador notar que os elementos informativos, a partir dos quais podemos fazer julgamentos de valor, aumentem cada vez mais, melhorando em qualidade também. As técnicas operacionais, a estatística no que se refere à teoria da amostragem, vêm evoluindo rapidamente e já não constituem raridade livros e artigos que procuram evidenciar ou associar as necessidades da contabilidade com aquelas técnicas. Evidentemente, se o "ajustador" não dominar todos os campos de conhecimento supra-citados, poderá recorrer, em certas áreas, à opinião de peritos. Deverá guardar, todavia, a liderança do projeto e o senso das proporções; deverá conduzir o trabalho procurando, sempre que possível, o caminho mais fácil(2).

A amostragem, principalmente, veio facilitar uma série de problemas com que se defrontam contadores e principalmente auditores, no manuseio de grande número de dados. É a aplicação adequada da teo-

-
2. Em alguns casos, o conhecimento profundo dos princípios contábeis, bem como das técnicas de ajustamento, não é suficiente no sentido de superar todas as dificuldades práticas do ajustamento. É necessário que o avaliador possua profundo conhecimento da empresa, que tenha, em alto grau, sensibilidade, no sentido de saber o que é realmente fundamental e o que pode ser desprezado. Eventualmente, deverá possuir conhecimentos de pesquisa operacional, de estatística. Daí se concluir que é muito difícil encontrar uma só pessoa ou um só profissional que reúna todas estas condições. A cooperação entre vários especialistas é necessária, embora o contador deva ser, necessariamente, o líder do grupo de ajustamento.

e índices específicos. Os primeiros, medem as flutuações do poder aquisitivo da moeda, levando em consideração uma série de produtos e serviços julgados representativos. Os segundos, medem variações de preço de mercado ou de atividade de certos produtos ou de grupos homogêneos de produção industrial, tais como o de construção civil etc.

Na aplicação de nosso esquema de ajustamento a casos de empresas reais, é muito provável que necessitemos empregar os dois tipos de índices. Os específicos, na apuração de valores correntes; um dos gerais, no estabelecimento dos resultados reais.

Em relação aos específicos, será necessária uma escolha cuidadosa, dependendo do tipo de empresa e dos itens ajustáveis. Myron J. Gordon utiliza, num exemplo de ajustamento apresentado em trabalho de sua autoria(3), os seguintes índices específicos: para ajustamento dos itens do inventário, o de maquinismos agrícolas e equipamentos e, para o ativo fixo, uma ponderação dos seguintes índices: materiais de construção e metais e produtos metalúrgicos. A empresa ajustada era uma indústria de equipamentos agrícolas. E os índices são fornecidos pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Como índice geral, utiliza o de "custo de vida", embora o próprio autor reconheça não ser o melhor índice geral disponível.

Reportando-nos ao caso brasileiro, julgamos que o índice geral de preços da "Conjuntura Econômica"(Nº 2) seja o melhor, em média, para aferir as flutuações gerais de preços. Quanto aos índices específicos, a escolha dependerá do tipo de empresa e dos itens que estão sendo ajustados(4).

3. MYRON, Gordon J., "The Valuation of Accounts at Current Cost", in Financial Accounting Theory-Issues and Controversies, Ed. S.A. Zeff e T.F. Keller, McGraw-Hill Book Company, p. 385/399.

4. Estamos tecendo, evidentemente, algumas considerações decorrentes da experiência com o processo de ajustamento. A discussão teórica completa a respeito de índices, de sua construção e de seu emprego, está além de nossas finalidades.

CM	=	Compras de Matéria-prima
CPV	=	Custo dos Produtos Vendidos
CPP	=	Custo da Produção do Período
EiPT	=	Estoque Inicial de Produtos Terminados
EfPT	=	Estoque Final de Produtos Terminados
EiPsa	=	Estoque Inicial de Produtos Semimanufaturados
EfPsa	=	Estoque Final de Produtos Semimanufaturados
EiM	=	Estoque Inicial de Matéria-prima
EfM	=	Estoque Final de Matéria-prima
Cmo	=	Custo de Mão-de-obra
Cif	=	Custos Indiretos de Fabricação
CIP	=	Custos Industriais do Período

Sabemos que:

$$CPV = EiPT + CPP - EfPT \quad (1)$$

Mas,

$$CPP = EiPsa + CIP - EfPsa \quad (2)$$

Todavia,

$$CIP = EiM + CM - EfM + Cmo + Cif \quad (3)$$

Vamos introduzir o valor de CPP na equação(1) :

$$CPV = EiPT + (EiPsa + CIP - EfPsa) - EfPT \quad (4)$$

Resta somente substituímos CIP pela sua expressão na equação (4):

$$CPV = EiPT + [EiPsa + (EiM + CM - EfM + Cmo + Cif) - EfPsa] - EfPT \quad (5)$$

Sejam ainda:

$$\Delta PT = EiPT - EfPT$$

$$\Delta Psa = EiPsa - EfPsa$$

$$\Delta EM = EiM - EfM$$

Não podemos desprezar, ainda, as possibilidades de usar índices específicos na apuração de valores correntes para produtos terminados e semiterminados. De qualquer maneira, a dificuldade inerente ao cálculo dos valores correntes é o preço que devemos pagar se quisermos efetuar ajustamentos realmente significativos.

5.5 - Problemas Derivados do Elevado Número de Períodos

Algumas vezes, apresenta-se a necessidade de apurarmos resultados reais para determinadas empresas ou grupos de empresas, abrangendo um grande número de anos. Tais estudos têm, em geral, finalidades econômicas.

Nos casos em apreço, a aplicação rigorosa de esquemas de ajustamento semelhantes ao nosso, apresenta-se dificultada ainda mais em relação à apuração de valores de mercado. Provavelmente, tais dificuldades só serão resolvidas através do emprego de índices específicos de preços. Uma vez apurados os valores correntes, podemos determinar os resultados reais por simples diferença de patrimônios líquidos expressos a um mesmo poder aquisitivo da moeda.

Esses problemas deixariam de existir se, adotado nosso processo de ajustamento, as empresas se habituassem a apurar, no fim de cada período, valores correntes. A apuração sistemática de valores correntes enriqueceria ainda sobremaneira as estatísticas internas da empresa com uma série de informações adicionais, as quais poderiam ser de grande valia em grande variedade de situações.

A este respeito, não podemos deixar de lembrar as palavras de Joel Dean, que assim se manifesta: (...) "Os problemas administrativos assumem inúmeras formas e é difícil conceber-se um sistema contábil que se adapte a todas elas. Em vez disso, os registros devem tornar-se uma fonte de dados básicos que possam servir de maneiras diferentes a diferentes necessidades especiais".(6)

6. DEAN, Joel, Economia de Empresa, Fundo de Cultura, R. de Janeiro, 1962, p. 50.

5.7 - Quem Deve Supervisionar o Ajustamento

A apuração de resultados operacionais de períodos passados é atribuição precípua do contador dentro da empresa. Se tais resultados estão baseados em valores históricos ou correntes é uma questão de opção ou de escolha. Acreditamos que, dentro da empresa, o profissional em melhores condições para supervisionar o ajustamento, se apenas um tivesse de ser escolhido, seria o contador, pois, ninguém melhor do que ele conhece o entrelaçamento profundo que existe entre balanço e demonstrativo de lucros e perdas. E temos certeza de que o contador esclarecido, no íntimo, sabe das limitações dos dados históricos. Além disso, conhece profundamente os métodos históricos, o que é muito importante no ajustamento. Esses conhecimentos permitem ao contador simplificar certos problemas de ajustamento, que outros profissionais procurariam resolver pelo caminho direto ou mais difícil, com perda de tempo e esforço.

Nas grandes empresas será aconselhável a cooperação de vários setores, sempre porém sob a supervisão da contabilidade. Em muitos casos, serão os auditores externos a efetuarem o ajustamento. Esta, aliás, tem sido a prática adotada nos poucos casos de ajustamentos elaborados para firmas nacionais. Todavia, embora reconheçamos a importância da opinião dos auditores, é necessário que a empresa, internamente, se habitue - e isto é importante - à prática sistemática de ajustamentos. Que os resultados e os métodos sejam submetidos à apreciação dos auditores é perfeitamente compreensível, mas que o departamento de contabilidade fique completamente alheio ao ajustamento significa limitar a atuação do contador e da contabilidade à observância pura e simples das normas da contabilidade fiscal.

5.8 - Grau de Confiança dos Relatórios Históricos.

Muitas tentativas de ajustamento têm sido atacadas na premissa

O esquema de ajustamento apresentado neste estudo pode ser aplicado, consistentemente, a qualquer condição de preço e de mercado. O esquema é amplo e geral. Talvez por isto nosso trabalho possa ser considerado, além de uma contribuição à teoria dos ajustamentos, em particular, uma contribuição à própria teoria contábil, em geral.

A superioridade conceptual dêste e de outros esquemas ligados ao custo corrente é tão evidente que foi, de certa forma, reconhecida até pelo pai dos ajustamentos contábeis ligados à "Price- - Level School". De fato, Henry W. Sweeney chega a afirmar, em certa altura de sua obra: (...)"In fact, stabilization based on cost of replacement will be found still more informative than stabilization based on original cost". Esta frase, de uma importância histórica transcendental, está contida à página 44 da nova edição do famoso Stabilized Accounting, provavelmente, a primeira obra completa sobre ajustamentos contábeis. Voltamos a insistir no ponto de que o autor da frase era adepto do ajustamento pelo índice geral de preços (talvez pela sua maior praticabilidade imediata), mas a honestidade intelectual que caracteriza os verdadeiros cientistas forçou-o a incluir aquela frase em seu livro. Aliás, dedica êle um capítulo inteiro ao custo corrente. Não sabemos, todavia, se êsses capítulos e aquela frase constavam da primeira edição, publicada em 1936.

Quanto à importância dos ajustamentos em condições outras que não as inflacionárias, digamos, por exemplo, em condições deflacionárias acompanhadas de queda geral nos preços específicos, talvez o ajustamento seja mais necessário do que no caso mais explorado da inflação. É que, para a economia, provavelmente, é mais danoso o excessivo pessimismo provocado nos investidores por lucros sobavaliados (a contabilidade ortodoxa tende, obviamente, a subavaliar os lucros nos casos de quedas de preços), do que o exagerado otimismo provocado por lucros superavaliados. Referimo-nos, naturalmente, ao efeito dos lucros nas decisões que afetam o investimento e à importância dêste último para o progresso econômico.

só é registrado pela empresa quando de sua aquisição. A única maneira de resolver o problema (a não ser que os intangíveis sejam desprezados no ajustamento), parece-nos residir no cálculo do "Goodwill Objetivo". Na data do ajustamento, (após termos tornado correntes todos os demais elementos do balanço), procuraríamos inferir, diretamente dos interessados, se possível, qual o máximo preço que pagariam para adquirir nossa empresa. A diferença entre esse valor e o valor do patrimônio líquido corrente de nosso balanço seria, obviamente, o "Goodwill Objetivo" e representaria, de forma razoavelmente correta, o valor corrente de nosso ativo intangível.

Quanto aos investimentos ativos, tais como ações representativas de capitais de outras sociedades, títulos negociáveis etc., parece-nos que deva ser usado o valor de mercado de tais títulos, desde que existente. No caso de ações ou títulos que não possuem mercado regular, poderemos utilizar, como modelo para ajustamento ao valor corrente, o título ou ação que mais se assemelhem ao objeto de ajustamento e que tenham mercado regular. Desde que nem isto seja possível, deveremos confiar numa estimativa menos precisa. Finalmente, algumas dificuldades surgirão no ajustamento de despesas antecipadas. Na maioria das vezes, todavia, esses itens, além de constituírem parcela insignificante do ativo, podem ser considerados como itens monetários.

CONCLUSÕES

As conclusões a que chegamos, ao fim dêste trabalho, são bastante evidentes e já se encontram consignadas no texto. Trataremos, todavia, de condensá-las, para maior clareza.

- 1 - O corpo da doutrina contábil tradicional não prevê métodos de atualização dos registros em face das flutuações de preços.
- 2 - É opinião unânime dos agentes econômicos que utilizam dados contábeis, como fonte primária de informação para tomada de decisões, ser a relevância de tais dados tanto maior quanto maior fôr o grau de aderência à realidade econômica descrita.
- 3 - Esta realidade exterioriza-se, entre outros fatores, pelas contínuas flutuações de preços de bens e serviços, devidas, em parte, a causas puramente monetárias ou quantitativas e, em parte a fatores estruturais.
- 4 - O problema principal a ser enfrentado pela contabilidade não é propriamente o constituído pelas flutuações do poder aqui-

B I B L I O G R A F I A

LIVROS

- BRAY, F.S., The Accounting Mission, Melbourne University Press, Melbourne, 1951.
- DEAN, J., Economia de Empresas, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1962.
- EDWARDS O.E., & BELL P.W., The Theory and Measurement of Business Income, University of California Press, Berkeley, 1961.
- JONES, R.C., Effects of Price Level Changes on Business Income, Capital and Taxes; American Accounting Association, Urbana, Illinois, 1956.
- _____ Price Level Changes and Financial Statements: Case Studies of Four Companies, American Accounting Association, Urbana, 1955.
- LITTLETON, A.C., Essays on Accounting, University of Illinois Press, Urbana, Illinois, 1961.
- MAC NEAL, K., Truth in Accounting, University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1939.
- MASON, O., Price-Level Changes and Financial Statements - Basic Concepts and Methods, American Accounting Association, Columbia, Ohio, 1956.
- MATTESSICH, R., Accounting and Analytical Methods, R. Irwin Inc., Homewood, Illinois, 1964.
- POWELSON, J.P., Economic Accounting, MacGraw-Hill, New York, 1955.
- RAY, D.D., Accounting and Business Fluctuations, University of Florida Press, Gainesville, 1960.

IUDICIBUS, S. de., "Relatórios Financeiros em Bases Reais", in Revista Paulista de Contabilidade, nº 412, São Paulo, 1965, p.26/27.

_____ "O Problema dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos Face à Inflação", VII Conferência Interamericana de Contabilidade, Mar del Plata, Argentina, 1965.

_____ "Contabilidade e Inflação: Recomendações da VII Conferência Interamericana de Contabilidade", in Revista Paulista de Contabilidade, nº 415, São Paulo, 1966, p. 7/9.

KEFFER, R.A., "A Inflação e as Empresas", in Revista de Administração, Instituto de Administração, U.S.P., julho, 1965, p. 34/54.

PETERSON, A.W., "Significance of Prospective Income Data", in The Accounting Review, Abril, E.U.A., 1966, p. 275/282.

TRACY, J.A., "A Dissent to the General Price-Level Adjustment Proposal", in The Accounting Review, Janeiro, E.U.A., 1965, p.163/175.

ZEFF A.S. & MAXWELL D.W., "Holding Gains on Fixed Assets-A Demurrer", in The Accounting Review, Janeiro, E.U.A., 1965, p. 65/75.

E R R A T A

Página 4

Onde se lê: ₡\$ 50 000 (150 000- 100 000),
Leia-se: ₡\$ 50 000, isto é: (150 000 - 100 000)

Onde se lê: ₡\$ 20 000 (100 000 x 120/100...),
Leia-se: ₡\$ 20 000, isto é: (100 000 x 120/120...)

Onde se lê: ₡\$ 30 000 (50 000 - 20 000),
Leia-se: ₡\$ 30 000, isto é: (50 000 - 20 000).

Página 18

Onde se lê: ₡\$ 144 500, leia-se: ₡\$ 145 500.

Onde se lê: ₡\$ 265 600, leia-se: ₡\$ 267 500.

Página 21

Onde se lê: ₡\$ 360 000 (200 000 x 180/100),
Leia-se: ₡\$ 360 000 = (200 000 x 180/100).

Página 52

Onde se lê: 1 863 775, leia-se: 1 863 430.

Página 73

Onde se lê: $607 \left(\frac{3\ 785}{2\ 093} - 1 \right)$, leia-se: $607 \times \left(\frac{3\ 785}{2\ 093} - 1 \right) \dots$

Onde se lê: $49 \left(\frac{3\ 785}{2\ 939} - 1 \right) \dots$, leia-se: $49 \times \left(\frac{3\ 785}{2\ 939} - 1 \right) \dots$

Página 96 (linha nº 21)

Onde se lê: (65,5-57,5) = ..., leia-se: (64,5-57,5) = ...

Página 97

Onde se lê: (65,5-57,5) = ..., leia-se: (64,5-57,5) = ...